



**Ata da 10ª reunião ordinária – Gestão Biênio - (2022-2024).
do Conselho Estadual LGBT.**

Ao vigésimo sexto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, das 10:20 às 15:53 realizado em formato híbrido.

Estavam presentes conselheiros representantes da sociedade civil:

Segmento de Lésbicas: Monica Araújo (titular) via Plataforma Microsoft Teams e Alessandra Acedo (titular),

Segmento de Gays: Fábio de Jesus Silva (titular) e Gustavo Don (titular);

Segmento de Bissexuais: Anderson da Cunha Pirota (titular) e André Luiz de Lima (suplente);

Segmento de Travestis/Mulheres Transexuais: Dumdum (suplente),

Segmento de Homens Trans: Luiz Fernando Prado Uchôa (titular) via Plataforma Microsoft Teams.

Ausências de conselheiros representantes da sociedade civil:

Segmento de Lésbicas: Marcela Carolo dos Santos (suplente), Daiane Regina Ribeiro (suplente), Gabriela Carolina dos Santos Pinto (suplente) e Nassim Golshan pelo segmento de lésbicas (titular);

Segmento de Gays: Felipe Cavalheiro (suplente) e Renan Lira da Silva (suplente);

Segmento de Bissexuais: Não houve

Segmento de Travestis e Mulheres Transexuais: Iya Fernanda de Moraes (titular) – **FALTA JUSTIFICADA**, Maria Fernanda Ribeiro Pereira (titular) – **FALTA COMUNICADA PELO GRUPO DO WHATSAPP DO CONSELHO ESTADUAL LGBT**, Nadira Miriam Pedro Athiê (titular), Bruniely Caroline Lima Lemos (suplente); e Alexandra Braga de Vasconcelos (suplente);

Segmento de Homens Trans: Caleb Nathaniel da Silva pelo segmento de homens trans (suplente).

Estavam presentes os seguintes representantes do governo: Secretária da Justiça e Cidadania: Rafael Calumby Rodrigues – Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual (titular), Débora da Silva Oliveira Santos (suplente), Secretária de Desenvolvimento Social: Thiago Luiz Bezerra dos Santos (titular); Secretária da



Segurança Pública: Cap PM Nelson César Rosa Vieira (suplente), Secretária da Administração Penitenciária: Maria Aparecida Gobato (titular), Secretária de Saúde: Fabiola Santos Lopes (titular), Secretária da Cultura e Economia Criativa: Patrícia Carina Muniz (suplente).

Ausências de conselheiros representantes do governo: Casa Civil: **ESTÁ SEM TÍTULAR**, Denise Batista dos Santos (suplente); Secretária de Esportes: Anderson dos Santos (titular) – **SEM SUPLENTE**, Secretária de Desenvolvimento Social: Naiara Carneiro Teixeira (suplente), Secretária da Administração Penitenciária: DeJane de Lima e Silva Fonseca (suplente); Secretária da Saúde: Ivone Aparecida de Paula (suplente); Secretária da Cultura e Economia Criativa: Allyne Christina Oliveira da Silva (titular), Secretária da Segurança Pública: Simone Hee Suh (titular), Secretária de Educação: Secretária de Educação: Adriano Rodrigues Biajone (titular) e Fernanda Karolina Galvão (suplente) – **EM FÉRIAS**, Secretária de Turismo e Viagens: Vanilson Fickert Graziosi (titular) e Shirley Caroline Duarte (suplente).

OBSERVAÇÃO:

Os conselheiros Secretária da Administração Penitenciária: DeJane de Lima e Silva Fonseca (suplente) e Renan Lira da Silva (suplente) mesmo assinando a lista de presença ficariam com o status de ausente devido a terem chegado na reunião após o horário de almoço, conforme consta em lista de presença abaixo para apreciação. Pois, se pactou com o atraso permitido seria de 15 minutos, salvo em casos de calamidade pública ou de extrema necessidade.

A ordem das pautas inverteu-se e por esta razão, o último item foi o primeiro.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas falou sobre o evento descrito a seguir e solicitou a presença do CELGBT visando apoio da instituição nesta atividade.



Em seguida, a conselheira dá informes sobre as atividades ocorridas em Brasília no dia 17 de maio, data de combate a LGBTIfobia.

- Posse do Conselho Nacional LGBT;
- Recebimento de prêmio da artista e ativista Daniela Mercury na posse do CNLGBT;
- Anúncio de decreto de asilo político a LGBTQIAP+s oriundo de países em que a orientação afetiva-sexual e/ou identidades de gênero seja passível de punição;
- Lançamento de uma cartilha da Defensoria Geral da União para advogados com temáticas envolvendo direitos da população LGBTQIAP+ e conduções de casos deste grupo social que está disponível para download via qr code e que no futuro haverá impressão da cartilha;
- Lançamentos dos manuais de educação, advocacy e cristianismo desenvolvidos pela Aliança Nacional LGBTI+ e que os mesmos terão eventos específicos de lançamento em São Paulo na semana anterior a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de São Paulo;
- Com relação ao Seminário de Santa Bárbara, para ser colocado oficialmente como atividade do Conselho será disponibilizado informações até o dia 02/06.

Além disso, a conselheira destacou a importância da retomada dessas atividades e a emoção de estar estado num momento relevante da comunidade



LGBTQIAP+ juntamente com militantes e ativistas da pauta, assim como, o lançamento do curso de formação "Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+", em parceria do MDHC com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), por meio da Escola Virtual de Governo (EVG), o curso teve aula magna ministrada pela influenciadora e drag Queen Rita Von Hunty, no auditório do Ministério de Defesa dos Direitos Humanos que contou com a presença do Ministro dos Direitos Humanos, Silvio de Almeida e da Secretária Nacional LGBTQIAP+, Symmy Larrat e o público estimado da atividade foi de aproximadamente 100 pessoas.

Confira a aula na íntegra no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=setRV0WiyFQ&t=1s>

Por ordem de inscrição, o próximo dar a informe, foi o conselheiro Anderson da Cunha Pirota (titular) pelo segmento de bissexuais.

- 100 anos do aniversário do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e a composição da nova diretoria;
- Artigo sobre empregabilidade em parceria com a CUT/LBS, escritório de advocacia, na "Cartilha – Inclusão e Direitos LGBTQIA+", não se limite apenas a levantar a bandeira do arco-íris durante o mês de junho, escrito pelo mesmo;
- Cartilha para operadores do direito focado em especificidades da população LGBTQIAP+, conforme link descrito a seguir:

<https://www.sinprodf.org.br/cut-elabora-cartilha-lgbtqia-com-orientacoes-juridicas/>

- A elaboração, criação e o aperfeiçoamento das convenções coletivas de trabalho nos sindicatos CUTistas, de todos os ramos e categorias com cláusulas específicas aos trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+.

Ademais, o conselheiro relatou sua experiência no dia 16 de maio, na unidade prisional Penitenciária I "José Parada Neto" de Guarulhos, representando o CELGBT, em uma atividade do curso Auxiliar de Cozinha, ofertada a detentos pelo programa Diversidade a Mesa.

Em seu relato descreveu a unidade prisional com muitos jardins e bem cuidados pelos detentos e sua breve conversa com o diretor da unidade, Dr. André Luiz Alves na qual o mesmo falou de parceria com a empresa Leroy Merlin, na qual os detentos realizam a elaboração de mesas e lustres com redução de pena e do acervo da biblioteca que conta 1300 livros.



Nessa mesma oportunidade esteve com 22 a 25 detentos, sendo uma delas, mulher transexual juntamente com uma 01 psicóloga e 01 Relações Internacionais ambos representantes da consultoria Amalgamar diversidade em pratica, para debater sobre o discurso de ódio, comunicação sobre promoção da cidadania LGBTQIA+ e combate à discriminação com base em gênero e orientação sexual, e em sua fala ao público trouxe os seguintes elementos.

- Definição de discurso de ódio;
- O avanço do discurso de ódio que incide principalmente contra a população LGBTQIA+;
- Propagação do discurso no terreno das redes sociais;
- Propostas para reforma dos meios de comunicação;
- Realidade;
- Princípios que Norteiam um Estado Democrático de Direito;
- Observação de mortes violentas de LGBTQIAP+s e mapeamento socioeconômico e religioso em relatório desenvolvido pela ANTRA, ABGLT e Acontece com apoio financiamento dos da Embaixada dos Países Baixos – Holanda e o Fundo Brasil de Direitos Humanos;
- Análise sobre o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros (as) e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à segurança e a propriedade”;
- Análise sobre a lei do Estado de São Paulo, 10.948 de 05 de novembro de 2011, atualizada até a lei 15.082 de 10 de julho de 2013;
- Trouxe para discussão o Artigo 1º da lei: “Será punida, nos termos da lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgenero”.

Posteriormente a roda de conversa, participou da oficina de classificação dos alimentos com os detentos.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual, após o informe do conselheiro Anderson da Cunha Pirola (titular) pelo segmento de bissexuais lhe concede um certificado de participação pela última atividade, no 08 de dezembro de 2022, com o tema Princípios que norteiam um Estado Democrático de Direito, comemorativo dos 74 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no auditório Fundação Casa, representando o CELGBT.



Nessa oportunidade, o presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que todos (as) os (as) conselheiros (as) que participarem de atividades representando o CELGBT receberão certificado. Além disso, que os conselheiros (as) enviem por e-mail a descrição das atividades visando informar o que foi feito para constar com as ações do CELGBT e também enviar por e-mail quaisquer atividade envolvendo a temática LGBT para se analisar a região da mesma e com isso, se avaliar qual o(a) conselheiro (a) poderá comparecer.

A conselheira Maria Aparecida Gobato (titular) pela Secretária da Administração Penitenciária disse que é a Coordenadora de Reintegração Social e Cidadania, um órgão da Secretaria da Administração Penitenciária, responsável por promover ações para a ressocialização de apenados e egressos do sistema penitenciário paulista. Criada a partir do decreto nº54.025, de 16 de fevereiro de 2009, possui, atualmente, 140 Unidades de Atendimento de Reintegração Social em todo o Estado de São Paulo que operam os Programas de Penas e Medidas Alternativas, e de Atenção ao Egresso e Família, além dos projetos executados em Unidades Prisionais.

Ela informou que neste órgão além do Programa Diversidade a Mesa, há o Diversidade da Mulher, Programa para Egressos e Familiares, existe a oferta de 1000 cursos profissionalizantes nas unidades prisionais e Clube de leituras para redução de pena e diante da apresentação desses projetos espera uma abertura de relacionamento com o CELGBT para realização de atividades nas unidades prisionais com CELGBT para trazer a pauta as informações de políticas voltadas as diversidades nestes locais.

O conselheiro Anderson Pirota pelo segmento de bissexuais disse que há existência de estereótipos com relação as unidades prisionais prejudicam a compreensão real do sistema prisional e que na unidade onde esteve havia muito trabalho, organização, limpeza e disciplina.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual informou aos presentes que a Coordenadora de Reintegração Social e Cidadania terá uma tenda na Feirinha organizada pela APOGLBT para apresentar ao público os programas existentes.

O conselheiro Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans e Secretário do CELGBT informou sobre a Audiência Pública que acontecerá em Guarulhos, no dia 27 de junho de 2023, às 18 hs, destacou a importância do CELGBT apoiar a iniciativa devido a forte conservadorismo no município



O conselheiro Fábio de Jesus Silva (titular) pelo segmento de gays discorda da fala apresentada pela conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas em que a mesma destacou os quatro anos de extremo conservadorismo e negligência com a pauta LGBTQIAP+ e salientou o compromisso do atual governo em reconstruir instituições para implementar e realizar o controle social em temáticas referentes a diversidade de gênero e sexual há um comportamento agressivo por setores do movimento social organizado. Pois, no discurso do conselheiro o mesmo ressaltou que houve falhas no processo eleitoral do Conselho Nacional LGBT como, por exemplo, na falta de clareza da ficha de inscrição, falha no envio de confirmação de inscrição, dos critérios de avaliação para instituições e disse que a instituição Mães Pela Resistência, por exemplo, não tinha os dois anos completos de atuação e utilizaram atividades do Coletivo Mães Pela Diversidade para obterem cadeira e também salientou sobre a não publicação em Diário Oficial das instituições inscritas e a descrição da razão de estarem inaptas ao pleito e a exclusão de instituições históricas na atuação em defesa/promoção dos direitos da população LGBTQIAP+ como GADVS (GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO), Rede Gay, Rede Trans e Aliança Nacional LGBTI+ e independente do conselho já está montado porém, o questionamento deve ser feito.

Ademais, destacou que esteve fazendo campanha para o atual presidente por acreditar em processos democráticos e não em conchavos na montagem de um importante instrumento de criação de políticas públicas e estabelecimento de controle social que é o CNLGBTQIAP+.

A conselheira Mônica Araújo (titular) pelo segmento de lésbicas informou aos presentes O trabalho do Mães da Resistência (MDR) continua desde que as coordenadoras que saíram do Mães pela Diversidade formaram o MDR, e é uma delas e podendo confirmar isso. A participação no Conselho Nacional foi realizada por indicação nesse primeiro chamamento. E, destacou que estamos no mesmo lado na luta em prol da população LGBTQIAP+ e lamentou que alguns coletivos não compactua de seu pensamento de união.

Na sequência, informou que foi convidada para representar o CELGBT em uma atividade na Faculdade UniSantanna com público estimado de 300 pessoas e também convidada pela empresa NilsenIQ que tem um trabalho voltado ao segmento LGBTQIA+, e conta com 1000 pessoas em seu quadro de funcionários, para fazer palestra e rodas de conversas com todos seus colaboradores.



O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que a orientação dita anteriormente acerca das atividades que o melhor caminho é delegar as atividades e também informar as atividades realizadas pelo e-mail do CELGBT.

O conselheiro André Luiz de Lima (suplente) pelo segmento de bissexuais justifica a ausência nas reuniões tanto presenciais quanto on-line devido ao horário de trabalho que é das 09:30 às 18:30 e enfatiza que mesmo Santos tendo uma coordenação criada por decreto e resultado da transformação de um cargo, um conselho recém criado, encontra enorme dificuldade de dispensa e autorização de liberação por parte das chefias e, também que a Coordenação Municipal em Santos desenvolve um trabalho aquém do desejado.

Além disso, parabenizou os conselheiros pelas participações nos eventos e se disponibilizou a colaborar com a Secretária de Administração Penitenciária (SAP) na difusão do Programa Diversidade a Mesa nas unidades da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral (COREVALI) por estas unidades estarem localizadas em sua macrorregião que vai desde o Vale do Ribeira, passando pela Baixada santista, Litoral Norte até o vale do Paraíba.

Ao finalizar sua fala destacou que sua presença na reunião só foi possível devido a ter sido mesário nas últimas eleições e utilizou essa folga para comparecer na reunião.

Relembrou a dificuldade que era para fazer Boletim de Ocorrência em Peruíbe devido a uma situação ocorrida com ex-namorado e que teve de se deslocar até Santos (90 km) do local supracitado e de sua trajetória quando acompanhou a então Coordenadora de Justiça e Cidadania, Heloisa Alves Gama, o Secretário de Justiça e Cidadania, na época, Alexandre de Moraes, Polícia Militar, OAB- SP, Barro Branco, Escola Superior de Soldados e Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) no Grupo de Trabalho de Segurança Pública em ações de combate a LGBTIfobia, como a criação do RG social e implementação da tipificação de crimes como LGBTIfobia nos Boletins de Ocorrência, criação de espaços para LGBTQIAP+s em situação de cárcere nos presídios e abordagem policial adequada no caso da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans, acesso a hormonização nas unidades prisionais, e parabeniza a atual gestão do CELGBT.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que esteve participando de reuniões com a Associação Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – APOGLBT para organizar ações da



Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e também com a Polícia Militar para garantir segurança na Parada do Orgulho LGBTQIAP+ ressaltando ao conselheiro acima supracitado tanto do CELGBT quanto da Coordenação estão atuantes em questões de Segurança Pública da população LGBTQIAP+ e inclusive informa a todos os presentes sobre o edital + orgulho, voltado ao apoio de paradas LGBTQIAP+s em todo o estado.

O conselheiro André Luiz de Lima (suplente) pelo segmento de bissexuais lembrou ao coordenador que teria haver uma maneira do estado apoiar diretamente as instituições proponentes. Pois, quando se depende de uma carta de apoio das autoridades municipais há uma burocracia por muitas vezes, estes gestores apoiarem determinados grupos ou serem contrários a pauta dessa forma, inviabilizando a inscrição ao edital.

A conselheira Fabiola Santos Lopes (titular) pela Secretária de Saúde informou ao CELGBT sobre a CPI aberta pelo Deputado Estadual Gil Diniz (PL), na Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar utilização de hormônios em crianças e adolescentes trans pelo Hospital das Clínicas (AMTIGOS – Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual) e durante a sua fala evidenciou a preocupação dos profissionais com relação a este fotos, dos pais e das crianças e adolescentes atendidos por esse local.

Diante da situação apresentada, o presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual propôs o envio de e-mails aos deputados (as) estaduais questionando sobre seu posicionamento acerca da questão e também a realização de advocacy da sociedade civil e setores governamentais na ALESP.

A conselheira Monica Araujo (titular) pelo segmento de lésbicas traz o questionamento se poderíamos acompanhar a CPI como Conselho?

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que fortalecer a questão conversando com os pais, crianças, adolescentes e profissionais do ambulatório para conseguir desarticular essa CPI.

A conselheira Monica Araujo (titular) pelo segmento de lésbicas propõe a criação de um grupo de Whatsapp para deliberações acerca da pauta e solicitou aos presentes quem gostaria de estar no grupo objetivando agendar uma reunião com as famílias e



profissionais do AMTIGOS para o desenvolvimento de um documento a ser entregue na CPI.

Os conselheiros em questão que se voluntariam foram:

Sociedade Civil

- Gustavo Don (titular) pelo segmento de gays;
- Dumdum (suplente) pelo segmento de travestis e mulheres transexuais;
- Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans;
- Monica Araújo (titular) pelo segmento de lésbicas;

Poder Público

- Fabiola Santos Lopes (titular) pela Secretária de Saúde;
- Rafael Calumby Rodrigues Rodrigues (titular) pela Secretária de Justiça e Cidadania;

OBS: Fabiola ficou de verificar local para reunião.

A conselheira Dumdum (suplente) pelo segmento de travestis e mulheres transexuais informa que necessita do apoio CELGBT nas atividades da parada de Osasco devido ao local não ter uma Coordenadoria específica da pasta e com isso, não existe um Conselho Municipal por esta razão, disse estar com dificuldades de realizar uma audiência pública no município.

O conselheiro Gustavo Don (titular) pelo segmento de gays solicitou apoio ao CELGBT para parada LGBTQIAP+ de Arujá e também trouxe para o conhecimento a questão de um caso de LGBTIfobia na sua região, informou que esteve participando de uma reunião com a Secretária Nacional LGBTQIAP+ do Governo Federal, junto aos conselheiros Luiz Fernando (segmento de homens trans), Dumdum (pelo segmento de travestis e mulheres transexuais), em que houve a apresentação da Secretaria e encaminhamento de realização de reunião com a Secretária Symmy Larrat a cada dois meses através do Fórum Paulista LGBT.

Ainda convidou a todos, todas e todes para o lançamento da Frente Parlamentar LGBTI+ da Alesp no dia 28 de Junho às 18h e também informou que o atendimento na de Brás Cubas em Mogi das Cruzes em desacordo com as orientações para registro de ocorrência com nome social e motivação de transfobia por parte do Delegado. Uma mulher transexual sofreu injúria transfóbica, porém na ocorrência foi registrado injúria



comum e sem o seu nome social, apesar de apresentar o seu RG que consta essa informação.

Por unanimidade o conselho deliberou pelo apoio ao evento e também o encaminhamento de ofício ao Delegado com orientação quanto ao preenchimento da ocorrência para casos de LGBTfobia o encaminhamento foi aprovado.

Mas, o presidente do CELGBT Rafael Calumby Rodrigues Rodrigues e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual que devido as inúmeras demandas do Setor Administrativo do CELGBT e da Coordenação seria o ideal que o Conselheiro enviasse o documento pronto para o e-mail do CELGBT. Ademais, salientou que o conselheiro pode comparecer a delegacia e acompanhar a vítima na delegacia prestando auxílio a todo caso pelo fato de ser um conselheiro nomeado em D.O para tratar de questões relacionadas ao segmento e não há necessidade de deliberação dessa urgência em reunião de nenhuma natureza.

O conselheiro Cap PM Nelson César Rosa Vieira (suplente) pela Secretária da Segurança Pública disse que no caso de crimes como injúria e racismo, por exemplo, se é necessário comparecer a delegacia com advogado para o mesmo peticionar a natureza do crime e com isso, abrir possibilidade de inquerito.

O presidente do CELGBT Rafael Calumby Rodrigues Rodrigues e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que B.O sem representação não é efetivo e que após a abertura do B.O deve-se comparecer a uma delegacia e representá-lo para inquerito.

Intervalo para almoço (13:00 às 14:00)

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual retoma a reunião trazendo a seguinte pauta:

Eleição da próxima mesa diretora: candidatura para as vagas de Presidente e Secretário(a) julho de 2023, envio com 15 dias de antecedência da próxima reunião ordinária das propostas de trabalho;

Os conselheiros Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans e Mônica Araujo (titular) pelo segmento de lésbicas informam que este rito não é necessário, bastando na próxima reunião os interessados ou interessadas se manifestarem e a votação ocorre.



Claudia Katherine, apoio administrativo dos Conselhos ressaltou a importância do cargo de presidente pelo fato do mesmo ter a obrigatoriedade de solicitar ofícios diversos até mesmo para convocatória das reuniões e entre outras tarefas.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual questiona aos presentes, quem teria interesse em concorrer a presidência do CELGBT.

Os interessados seguem descritos abaixo:

- Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas;
- Mônica Araújo (titular) pelo segmento de lésbicas;
- Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans;

Com relação a posição de Secretário do CELGBT, os presentes manifestaram-se pelo Rafael Calumby Rodrigues assumir esta posição. E, o mesmo propõe uma presidência e um secretariado colaborativo em que haja participação entre dois membros para cada função visando a não sobrecarrega.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas trouxe a ideia de uma presidência dinâmica na qual os conselheiros que são situados em determinadas regiões possam representar o conselho. Como, por exemplo, em Mogi das Cruzes – Gustavo Don (titular) pelo segmento de gays, Osasco – Dumdum (suplente) pelo segmento de travestis e mulheres transexuais e Ribeirão Preto – Fábio Jesus (titular) pelo segmento de gays.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual informou a todos que pelo calendário a próxima reunião será virtual.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas como uma eleição será realizada virtualmente. A conselheira apresentou a proposta de inverter a disposição de reuniões para não comprometer o erário público.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual propôs votação ao colegiado acerca da questão trazida.

O colegiado aprovou por unanimidade a próxima reunião em formato presencial para eleição da presidência e do secretária do CELGBT.

A conselheira Mônica Araújo (titular) pelo segmento de lésbicas ressaltou que pelo regimento interno do CELGBT existe alternância dos cargos de Presidente e



Secretário do CELGBT no qual 1 ano da presidencia é do Poder Público e no subquente é da Sociedade Civil, ocorrendo da mesma forma com o cargo de Secretário trouxe essa questão respondendo a questionamento trazido pelo conselheiro André Lima (suplente) pelo segmento de bissexuais.

Apresentação e aprovação das propostas para o Plano de Trabalho Estadual do Conselho.

OBSERVAÇÃO:

O plano apresentado com esboço pelo presidente Rafael Calumby Rodrigues e Coordenador da Diversidade Sexual foi questionado pelos conselheiros presentes da sociedade civil e os únicos conselheiros que enviaram propostas para serem discutidas na reunião foram:

- Gustavo Don (titular) pelo segmento de gays;
- Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans;

Por esta razão, houve questionamentos expostos abaixo e a formação de um novo grupo de trabalho para esboçar um documento a ser apreciado na próxima reunião.

O conselheiro Renan Lira da Silva (suplente) pelo segmento de gays questionou se o Plano de Trabalho seria um documento do Conselho ou de Secretárias.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas disse que o plano de trabalho do CELGBT teria de ser baseado nas conferências municipais, estaduais e nacionais da pauta. Ademais, destacou que o CELGBT tem como atribuição as seguintes tarefas:

- Organizar e participar de conferências;
- Representar o CELGBT em eventos de movimento social;
- Capacitar servidores.

Ainda na sua fala, a conselheira destaca que o plano do CELGBT seria algo pontual e o da Coordenação seria mais detalhado e trouxe elementos a serem inseridos no documento;

- Ação;
- Orçamento a ser destinado (rubrica);
- Objetivo.



O grupo responsável pelo Plano de Trabalho será composto pelos seguintes conselheiros:

OBS: Este grupo foi reestruturado novamente.

- Luiz Fernando (titular) pelo segmento de homens trans
- Renan Lira (suplente) pelo segmento de gays
- Rafael Calumby Rodrigues (titular) pela Secretária de Justiça e Cidadania
- Monica Araujo (titular) pelo segmento de lésbicas ficou responsável pelo envio de modelo do Conselho da Criança existente em Osasco;

(Responsáveis pela elaboração do documento) são:

- Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas
- Anderson Pirota (titular) pelo segmento de bissexuais

Apresentação da lista de presenças dos Conselheiros e Conselheiras, com suas respectivas faltas, no período de 06/2022 à 04/2023, pelo secretário do Conselho e a convocação dos suplentes para ocupar as titularidades das vagas.

O apoio administrativo aos conselhos Marcelo Quinez enviou ao Presidente do CELGBT Rafael Calumby Rodrigues e ao Secretário Luiz Fernando (titular) conselheiro pelo segmento de homens trans o levantamento realizado das faltas do conselheiros (sociedade civil e poder público) obtido por meio das atas.

O presidente inicia expondo as faltas de cada conselheiro e disse que fará um ofício para cobrar dos secretários a assuidades dos representantes do poder público e também solicitará a disponibilidade total para as reuniões sendo que as mesmas são realizadas uma vez ao mês.

Ademais que a regra sobre as 5 faltas alternadas e 3 faltas seguidas é válida para todos já que está no regimento.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas disse concordar com a fala anterior e salientou a questão da conselheira Iyá Fernanda Moraes (titular) pelo segmento de travestis e mulheres transexuais que ultrapassou os 120 dias úteis de retorno ao CELGBT já que a mesma solicitou afastamento em razão de ter concorrido a cargo eletivo e possui faltas e o correto a ser feito seria a conselheira Dumdum assumir como titular.

O conselheiro Fábio de Jesus questionou suas faltas alegando ter tido somente 2 faltas.



O conselheiro Gustavo Don questionou sua falta em reunião on-line devido a problemas de conectividade e que isto deveria ser previsto em regimento.

O presidente Rafael Calumby Rodrigues do CELGBT e Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual disse que o mesmo teria o direito de solicitar revisão das atas e das gravações e listas de presença no prazo de 05 dias úteis.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas disse que isso seria inconcebível já que as atas foram aprovadas e como fazer esse questionamento. E que o ideal seria a troca de titularidade e seguisse participando com suplente devido nesta gestão prever ressarcimento visando garantir participação.

A conselheira Mônica Araújo (titular) pelo segmento de lésbicas disse que pelo regimento a destituição se torna automática e que o suplente não teria necessidade de justificar ausências e salientou a existência de um parágrafo para casos especiais (faltas).

O conselheiro Andre Lima (suplente) pelo segmento de bissexuais disse ser favor de destituição da titularidade e não do mandato, as faltas deveriam ser contabilizadas em reuniões ordinárias e não em extraordinárias.

A presidência e o Secretário aguardam os e-mails dos conselheiros (as) com seus questionamentos para deliberação posterior acerca do assunto.

A conselheira Dejane de Lima e Silva Fonseca (suplente) pela Secretária da Administração Penitenciária que a SAP realiza várias atividades nas 15 macrorregiões e gostaria contar com a presença dos conselheiros (as) nessas ações. Mas, que cada região tem uma coordenadoria o que dificulta a questão de viabilidade do transporte.

A conselheira Alessandra Acedo (titular) pelo segmento de lésbicas destaca a importância de garantir o transporte.

A conselheira Dejane de Lima e Silva Fonseca (suplente) pela Secretária da Administração Penitenciária que seria interessante a realização de um levantamento de empresas que admitem egressos LGBTQIAP+s e de consultoria de recursos humanos que possuem um trabalho nesse sentido.

O conselheiro Thiago Luiz (titular) pela Secretária de Desenvolvimento Social disse que seria interessante retomar o Comitê Intersecretarial e todos os presentes concordam.



Houve deliberação que a próxima reunião será presencial, no dia 23/06, no salão do Auditório Dr.Hélio Santos, sito à Rua Antônio de Godoy, nOI22, 9Q andar, Santa Efigênia, São Paulo/SP, com as seguintes pautas;

1. Eleição do Secretariado e Presidência do Conselho;
2. Apreciação do Plano de Trabalho;
3. Informes

A reunião encerrou-se às 15:53.